

Ano XX nº 5677 – 20 outubro de 2017

Reunião do GT de Saúde do Itaú Unibanco

Como o Itaú Unibanco instituiu o Programa de Readaptação sem a participação do movimento sindical, o Grupo de Trabalho de Saúde e Condições de Trabalho se reuniu na última quarta-feira (18/10), com o banco para tratar do assunto. A instituição de programas de retorno ao trabalho, em conjunto com o movimento sindical, banco a banco, é assegurada pela cláusula 45 da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho).

Os trabalhadores entregaram ao banco proposta de mudanças para o Programa de Readaptação, com a inclusão de cláusulas que garantem a proteção do trabalhador. O movimento sindical reivindica que a avaliação do trabalho do funcionário deve ser diferenciada, pois o trabalhador que teve a capacidade laborativa reduzida necessita de um tempo para se readaptar a nova realidade.

Na pauta também, a cláusula 29 da CCT. O movimento sindical propôs que a dívida do funcionário seja parcelada quando ele estiver afastado. Segundo os representantes dos trabalhadores, um dos problemas do endividamento dos empregados é causado pelo sistema de entrega de documentação do banco na hora do afastamento.

Os representantes dos bancários ainda apresentaram denúncias de suspensão do pagamento do auxílio cesta alimentação, garantido pela cláusula 15 da CCT, quando o INSS indefere o benefício. O Itaú Unibanco se comprometeu em analisar as questões e dar uma posição na próxima reunião, agendada para o dia 28 de novembro.



Bancários no combate à discriminação

Com o intuito de valorizar os trabalhadores de todos os gêneros, raças e com deficiência e manter a luta por uma sociedade plural, justa e igualitária, foi lançada a Campanha Nacional de Combate à Discriminação nos Bancos. Os representantes dos bancários consideram essencial levar o debate para as mesas de negociação da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos).

A campanha visa informar sobre a importância de levar a discussão sobre os valores humanos à sociedade, não apenas ao movimento sindical, principalmente no momento que o ódio entre classe apareceu com força no cenário de golpe. As denúncias contra preconceito de raça, gênero e deficiência é constante no movimento sindical. A campanha também enfatiza o aumento das discriminações com as reformas trabalhistas, propostas pelo governo golpista.

Hoje, as pessoas com deficiência representam um quarto da população no Brasil. Cerca de 24 milhões de pessoas ainda passam por situações de constrangimento e discriminação no país. A intenção é valorizar e respeitar cada vez mais as diferenças.

Votação vergonhosa protege Temer

A vitória favorável ao arquivamento das denúncias contra Michel Temer e ministros, na última quarta-feira (18/10) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania), não foi gratuita. Aliás, é resultado das manobras do presidente para continuar no poder.

Temer, por exemplo, já determinou aos ministros atenção total aos aliados e liberação de emendas parlamentares. Tem mais. O presidente recebeu bancadas estaduais inteiras e chegou a convidar adversários convictos do Congresso. Posteriormente, convidou para reuniões grupos organizados, como ruralistas, evangélicos e até investigados.

Orientaram votação a favor do parecer: PMDB, PP, PSD, PR, DEM, PRB, PTB, SD, PSC e Pros, enquanto PT, PSB, PDT, Pode, PCdoB, PPS, PHS, Rede e Psol foram contrários. PSDB e PV liberaram as bancadas para votar como quisessem. Ainda houve uma abstenção. O resultado da votação foi similar ao da primeira denúncia, cujo placar foi 40 contra 25, porque foi praticamente mantida a composição da CCJ, quando foram trocados 11 deputados do PMDB, do PP, do PR, do PRB, do PSD e do SD.